

# ESTUDOS INICIAIS EM VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA CONTRA CRIANÇAS EM FASE ESCOLAR: MEIOS DE INTERVENÇÃO

Keyla Cristina Teixeira dos Santos (Acadêmica do Programa de Pós-Graduação PPGE/UFJ)

Suely dos Santos Silva (Orientadora)

Email: keyla.santos@discente.ufj.edu.br, suely\_silva@ufj.edu.br

## 1. INTRODUÇÃO

Destaca-se a importância da infância no desenvolvimento humano e o papel da escola na formação emocional e social. A pesquisa propõe abordagem multidisciplinar para identificar e prevenir a violência infantil, considerando a intersecção entre escola, psicologia e direito. A pergunta central é como as escolas brasileiras podem agir de forma ampla e eficaz contra a violência infantil com devido respaldo legal, considerando sua função e limites na prevenção da violência física e psicológica.

A hipótese sugere que uma abordagem colaborativa entre escola, psicologia e legislação brasileira pode auxiliar de forma mais eficaz na identificação, prevenção e intervenção contra a violência infantil.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como base as perspectivas interdisciplinares, integrando a educação, psicologia e o direito para abordar a identificação e prevenção da violência contra a criança nas escolas. A compreensão da vulnerabilidade infantil, a importância de proteger as crianças e a necessidade de intervenções eficazes sustentam essa investigação. Essas perspectivas fornecem um quadro conceitual sólido para explorar os aspectos estudantis, psicológicos e legais dessa violência.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa objetiva o reconhecimento de indicadores comportamentais e sociais associados à violência contra crianças, com ênfase no papel das escolas e no suporte psicológico aos alunos. Segundo Anna C. M. Pacheco Cardoso de Mello (1999), crianças expostas à violência física frequentemente manifestam mudanças comportamentais visíveis. Sendo importante observar qualquer regressão no desenvolvimento social e emocional da criança, como dificuldades de interação com pares ou queda no desempenho escolar.

Para tanto os profissionais da educação precisam de suporte legal para exercerem a proteção contra a violência infantil. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma referência e estabelece diretrizes para a prevenção e punição da violência infantil, garantindo sua integridade física e psíquica.

A pesquisa também propõe a elaboração de uma cartilha, apresentando dados como identificação de sinais de alerta no comportamento infantil, assim como os fundamentos legais para a proteção à criança, para contribuir com a identificação de sinais de violência e conscientizar quanto aos meios de proteção da infância.

## 4. CONCLUSÃO

As escolas podem propiciar inúmeras experiências sociais, trocas de aprendizagens e ampliação das concepções de igualdade e respeito. A formação, o amparo multidisciplinar com profissionais de diversas áreas, possibilita o desenvolvimento de habilidades necessárias para atuar de maneira eficaz, articulando ações que proporcionem uma verdadeira transformação em contextos de violência.

O trabalho multidisciplinar nas escolas incluindo profissionais da educação, psicólogos e juristas complementa a compreensão dessa realidade, formando uma abordagem interdisciplinar. Essa integração inclui contribuições jurídicas por meio de assessoria, oferta de cursos e treinamentos, produção de material educativo e ações judiciais, desempenhando um papel relevante nesse sistema interdisciplinar. A violência contra crianças requer uma abordagem sistêmica e rigorosa de combate.

## 5. REFERÊNCIAS

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de & DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias Psicogenéticas em Discussão. 18.ed. São Paulo: Summus, 1992.

MELLO, Anna Christina da Motta Pacheco Cardoso de. **O brincar de crianças vítimas de violência física doméstica**. (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.